

Inclusão Bancária
e Microcrédito

3.

INCLUSÃO BANCÁRIA E
MICROCRÉDITO

INTRODUÇÃO

Em 2003, no início do novo governo, a discussão sobre microfinanças e inclusão financeira no Brasil era restrita às operações de microcrédito efetuadas por algumas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) de crédito e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte (SCM). O número de operações de crédito realizadas era pequeno e a principal entidade operadora era o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), por meio do Programa Crediamigo, detentor de uma carteira de R\$ 72 milhões e com 119 mil clientes. A atuação do Governo Federal nesse campo resumiu-se à criação do marco legal para as Oscip e SCM, além da liberação de recursos para microcrédito e desenvolvimento institucional de instituições de microfinanças pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os quais atenderam menos de 30 entidades em todo o País.

No meio rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) já estava em execução, com cerca de R\$ 2 bilhões de investimento por ano. Não havia seguros de preços ou de produção específicos para os agricultores familiares.

No campo da inclusão bancária, não existiam políticas de incentivo ao acesso da população de baixa renda à conta bancária e ao crédito. Os correspondentes bancários estavam sendo criados, mas ainda eram insuficientes em número e serviços prestados.

O cooperativismo de crédito, já apresentava sinais de crescimento, mas ainda era visto com muita resistência pela autoridade monetária. Não existiam políticas explícitas para o seu reconhecimento e fortalecimento. Apenas no final de 2002 foi permitida a constituição de cooperativas de crédito de microempresários.

Desafios do mandato e compromissos assumidos

No início do Governo, em 2003, o tema inclusão financeira e acesso ao crédito pela população de baixa renda e por microempreendedores urbanos e rurais ganhou espaço na agenda pública e nas políticas governamentais. De imediato, assumiu-se a necessidade de incentivar as instituições bancárias públicas e privadas a operar com a população de baixa renda e com microempreendedores, visando ganhar escala e ampliar o acesso desse segmento aos serviços financeiros. Por outro lado, passou-se a incentivar a criação e o fortalecimento do cooperativismo de crédito no Brasil.

Para isso, foram definidos pelo Governo Federal quatro grandes objetivos para a política de inclusão financeira:

- Facilitar e ampliar o acesso aos serviços financeiros (conta-corrente, poupança, seguros, créditos, recebimentos e meios de pagamento) pela população de baixa renda, garantindo cidadania e inclusão social.
- Ampliar o acesso de microempreendedores formais e informais ao crédito, visando aumentar as possibilidades de geração de trabalho e renda.
- Reduzir a informalidade e as taxas de juros nos financiamentos destinados à população de baixa renda.
- Fortalecer e ampliar a rede de financiamento da economia popular e de micro e pequenos empreendedores rurais e urbanos do País.

Para que os objetivos traçados pudessem ser alcançados, as ações se pautaram nas seguintes frentes:

- Ampliação do microcrédito produtivo urbano e rural
- Inclusão bancária e ampliação do acesso ao crédito pela população de baixa renda
- Fortalecimento do cooperativismo de crédito

O QUE FOI FEITO

A) AMPLIAÇÃO DO MICROCRÉDITO PRODUTIVO RURAL E URBANO

Em 2003, com o objetivo de estimular o microcrédito no Brasil, foi instituída a destinação obrigatória de 2% dos depósitos à vista dos bancos para operações de microcrédito, sendo que os valores não utilizados ficam depositados no Banco Central, sem qualquer remuneração. Em agosto de 2010 as aplicações no microcrédito somavam R\$ 2,4 bilhões.

A promoção do microcrédito foi intensificada com a realização de eventos para divulgação do resultado das ações voltadas ao setor microfinanceiro: entre 2002 e 2008 ocorreram dois seminários de microcrédito, sete seminários de microfinanças e dois seminários internacionais.

Entre 2003 e 2010 foram realizadas 12,2 milhões de operações de microcrédito produtivo urbano. Mais de R\$ 13,7 bilhões foram emprestados, em sua maioria, para operações assessoradas por um agente de crédito.

Alguns fatores contribuíram para estes resultados:

- Ampliação do Crediamigo do Banco do Nordeste (BNB), que entre 2002 e 2010, passou de 359 mil contratos/ano para 1,3 milhão de contratos/ano e de R\$ 287 milhões/ano para R\$ 1,58 bilhão emprestados/ano. Nesse período, foram realizadas 6,6 milhões de operações de microcrédito produtivo, emprestando cerca de R\$ 7 bilhões para empreendedores, principalmente da região Nordeste do Brasil,
- Criação, em 2005, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que disponibilizou recursos para crédito e apoio ao desenvolvimento institucional de instituições de microcrédito. Entre 2005 e 2010, além das operações realizadas pelo Crediamigo, integrante do Programa, foram realizadas, por outras Instituições de microcrédito produtivo orientado, mais 1,3 milhão de operações, envolvendo outros R\$ 2,9 bilhões.
- Recursos dos depósitos especiais destinados ao microcrédito (2% dos depósitos a vista) permitiram a realização de mais 3,2 milhões de operações de microcrédito produtivo (sem a orientação de um agente de crédito), envolvendo outros R\$ 3,72 bilhões em empréstimos entre 2004 e 2010. Esses recursos também têm sido utilizados pelo BNB no Programa Crediamigo, e são responsáveis por R\$ 3,17 bilhões em operações de microcrédito produtivo orientado desde 2004, respondendo por R\$ 336,6 milhões da carteira ativa do programa.

Outros avanços:

- Ampliação do número de assessores de crédito, passando de 396 em 2002 para 1.639 agentes de crédito em 2010
- Ampliação das atividades das SCM
- Criação do Microempreendedor Individual com até R\$ 36 mil de receita bruta anual
- Fomento às experiências de finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos rotativos
- Apoio institucional e financeiro a projetos produtivos de empreendimentos da economia solidária

Na área rural, destacou-se a ampliação do Pronaf, em especial nas regiões Norte e Nordeste, e a criação do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Ver Eixo I, Agricultura Familiar.

O crédito do Pronaf cresceu neste governo, passando de 953 mil contratos/ano e R\$ 2,4 bilhões emprestados em 2002, para cerca de 1,6 milhões de contratos/ano em 2010, com R\$ 16 bilhões em empréstimos liberados na safra 2010/2011. O agricultor familiar que acessa o crédito rural pelo Pronaf está coberto com seguros de preços, de renda e climático nas operações de crédito de custeio e de investimento.

Entre 2003 e 2010 foram efetuados cerca de 14,3 milhões de contratos do Pronaf, sendo emprestados mais de R\$ 61 bilhões aos agricultores familiares, em operações de financiamento de investimento e de custeio da produção agropecuária.

Os agricultores familiares mais pobres beneficiários do Pronaf contam também com o Programa Agroamigo, que opera seguindo a metodologia do microcrédito produtivo orientado.

Por meio do Pronaf/Agroamigo, 1,05 milhão de contratos já foram realizados e mais de R\$ 1,5 bilhão foram liberados em operações que contam com o risco da União ou dos Fundos Constitucionais, apresentando baixa inadimplência.

Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPO)

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) tem a missão de construir uma política de Estado para universalizar o acesso ao microcrédito entre milhares de microempreendedores populares excluídos do sistema financeiro tradicional.

O objetivo do Programa é fomentar as instituições de microcrédito visando ampliar o acesso dos empreendedores de baixa renda ao microcrédito produtivo orientado, contribuindo para a geração de trabalho e renda.

Foi criado por Medida Provisória e depois convertido na Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005. O Decreto nº 5.288, de 29 de novembro de 2004, por sua vez, regulamentou o Programa e criou o Comitê Interministerial do PNMPO, que conta com a participação do Ministério da Fazenda e do Ministério do Desenvolvimento Social na elaboração das diretrizes gerais do programa em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego.

A concepção inicial do PNMPO se baseou no trabalho até então realizado por Oscip – integrantes do terceiro setor da administração pública – que atuavam como instituições de microcrédito. Elas adotavam a metodologia de microcrédito produtivo orientado, segundo a qual, fundamentalmente, o microcrédito seria oferecido exclusivamente para empreendedores populares de pequeno porte com orientação técnica e acompanhamento no seu local de trabalho.

Durante seus cinco anos de existência, o Programa Nacional de Microcrédito executou várias ações. As primeiras iniciativas, ainda em 2005, orientavam quanto à estrutura de funcionamento do programa e habilitação das organizações de microcrédito interessadas em aderir ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O ano seguinte foi marcado pelo início da articulação com parceiros institucionais para promover, juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mediante a instauração de um processo participativo que pudesse realizar um diagnóstico setorial e contribuir para a expansão do microcrédito.

Em razão dessa articulação, a partir de agosto de 2007, foram realizadas dez oficinas temáticas, das quais participaram 380 representantes de organizações de microcrédito do País. Durante as oficinas foram debatidos temas pertinentes ao marco jurídico, a estruturas contábeis, a modelos de governança corporativa e às necessidades das organizações. Concluído o trabalho com o PDI, o PNMPO publicou os textos elaborados pelos consultores, no decorrer do primeiro semestre de 2008.

No segundo semestre de 2008, o Programa lançou três editais para aplicação direta do orçamento – todos mediante concurso de projetos ou chamadas públicas de parceria, com o intuito de dar transparência e publicidade aos atos públicos:

- O primeiro edital publicado se refere ao Projeto de Apoio à Oferta e Concessão de Microcrédito aos Potenciais Empreendedores Identificados no Cadastro Único do programa do Bolsa Família. Foram selecionadas 16 instituições para viabilizar, no prazo de dois anos, 20 mil contratos de microcrédito a pessoas cadastradas no MDS.
- O segundo edital pretendia apoiar o fortalecimento das organizações. Foram identificadas 14 áreas para a aplicação de recursos, que possibilitassem o atendimento das mais diversas necessidades apresentadas pelas OSCP de microcrédito. Nove organizações tiveram seus projetos aprovados e estão executando suas ações, inclusive com a respectiva prestação de contas no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv)
- O terceiro edital selecionou uma organização para promover a capacitação de 160 agentes de crédito de todo o Brasil. Foram realizadas duas oficinas de capacitação, uma em Florianópolis e outra em Salvador, das quais participaram agentes de crédito de mais de 90 instituições habilitadas ao Programa.

Em 2009, o PNMPO monitorou projetos em andamento e também promoveu o III Seminário Nacional de Microcrédito. Além disso, desenvolveu uma linha de ação para a ampliação da informação sobre o microcrédito, disponível no site do programa: www.mte.gov.br/microcredito.

Em 2010, o Programa lançou o quarto edital para fomentar as instituições de microcrédito e realizou seu quarto seminário nacional na cidade do Rio de Janeiro.

A tabela abaixo apresenta dados consolidados desde a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, em abril de 2005. A partir de então, já foram realizadas mais de 6,2 bilhões de operações de microcrédito que representam a concessão de um volume total de crédito acima de R\$ 7,9 bilhões em termos nominais.

OPERAÇÕES NO ÂMBITO DO PNMPO

Ano	Operações (em unidade)	Valor concedido (em R\$ mil)
2005	632.106	602.340
2006	828.847	831.816
2007	963.459	1.100.376
2008	1.274.296	1.807.072
2009	1.605.515	2.283.955
2010*	919.787	1.301.820

Fonte: MTE – Incluem as operações do Crediamigo
(* até junho)

Expansão do atendimento do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Urbano do Banco do Nordeste do Brasil (Crediamigo)

Este programa, integrante do PNMPO, tem por objetivo facilitar a concessão de crédito a empreendedores dos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como microempreendedor individual, empresário individual, autônomo ou sociedade empresária), por meio da oferta de serviços financeiros e de orientação empresarial, de forma sustentável, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda no Brasil e contribuindo para o desenvolvimento do setor microempresarial.

O Programa foi criado em 1997 e, a partir de 2003, integrado às ações de desenvolvimento social do Governo Federal. Foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, principal conjunto de normas reguladoras do setor microfinanceiro.

O Programa Crediamigo foi criado para incluir microempreendedores formais e informais no mercado formal de crédito, com o objetivo de incrementar a renda da família e o negócio.

A partir de 2003, foram adotadas medidas para garantir maior sintonia entre o Programa e as ações de desenvolvimento social do Governo Federal:

- Consolidação do Crediamigo como o maior programa de microcrédito do País, em virtude da metodologia do aval solidário, possibilitando concessão de crédito a empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro.
- Aplicação de recursos da ordem de R\$ 6,6 bilhões para financiamento de projetos de microempreendedores urbanos, por meio do Crediamigo.
- Criação do Produto Crediamigo Comunidade (*Village Bank*), em 2005, direcionado às pessoas de mais baixa renda. Sua metodologia trabalha fortemente o caráter e o empoderamento dos beneficiários nas comunidades semiurbanas. Os grupos solidários são formados por 15 a 30 pessoas, e, atualmente, estão constituídos em sua maioria por mulheres (mais de 70%). Ao final do 1º semestre de 2010 estavam formados 4.647 bancos comunitários representando 82.192 clientes ativos.

O programa está presente em 171 unidades do banco, atendendo a 1.773 municípios, contando com carteira acumulada de R\$ 7,2 bilhões, correspondentes a 7,1 milhões de financiamentos. Tem participação atual de 15,9% no mercado elegível de microempreendedores na área de atuação, representando considerável potencial de crescimento.

Segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, realizada em 2008, utilizando a base de dados dos clientes ativos do Programa, 60,8% dos clientes do Crediamigo que se situavam abaixo da linha da pobreza saíram da condição de miserabilidade.

CREDIAMIGO

Ano	Cart. Ativa (R\$ mil)	Nº de clientes ativos	Nº de empréstimos liberados	Valor contratado (Em R\$ mil)	Nº de assessores de crédito
2002	71.988	118.955	359.216	287.382	396
2003	85.495	138.497	434.810	368.203	441
2004	106.727	162.868	507.807	440.920	424
2005	136.283	195.378	595.742	548.237	503
2006	170.649	235.729	690.415	639.608	589
2007	234.656	299.975	824.782	794.257	811
2008	362.225	400.413	1.009.236	1.087.546	1.001
2009	501.693	528.792	1.259.594	1.499.211	1.199
2010 (*)	609.703	690.026	1.269.846	1.581.747	1.639
Total			6.592.232	6.959.730	

(*) até outubro
Fonte: BNB

Programa de Microcrédito Produtivo Rural do Banco do Nordeste do Brasil (Agroamigo/Pronaf)

Tem por objetivo a concessão de financiamento para a área rural, adotando metodologia própria de atendimento, baseada no crédito orientado e acompanhado.

Teve início em 2004 e foi fundamentado segundo os preceitos metodológicos da Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, do artigo 75 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e do Manual de Crédito Rural (MCR) 10-13, do Banco Central do Brasil, além das demais normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O Programa foi criado para atender à considerável demanda por financiamento dos agricultores familiares com enquadramento no Pronaf, Grupo B, com a utilização de metodologia própria, que compreende o crédito acompanhado e orientado, em substituição à sistemática tradicional, que apresentava fragilidades.

É considerado o maior programa de microcrédito produtivo rural do Brasil. Presente em 159 unidades do Banco, atende 1.877 municípios do Nordeste brasileiro e norte de Minas Gerais e conta com carteira acumulada de R\$ 1,5 bilhão, correspondentes a cerca de um milhão de financiamentos.

O Programa foi também premiado pela Asociación Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo (Alide) pelas boas práticas com a implantação do programa Agroamigo.

AGROAMIGO

Ano	Nº de empréstimos liberados	Valor contratado (R\$ mil)
2005	18.088	17.453
2006	138.442	150.551
2007	192.736	259.514
2008	182.947	253.344
2009	286.175	443.137
2010(*)	236.995	425.538
Total	1.055.383	1.549.537

(*) até setembro
Fonte: BNB

Programa BNDES de Microcrédito (BNDES-MC)

Tem por objetivo promover a economia popular por meio da oferta de recursos para o microcrédito produtivo orientado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, visando incentivar a geração de trabalho e renda.

Criado em 19/5/2003, para transformar o microcrédito em um instrumento de inclusão social, de complementação de políticas sociais e/ou promoção do desenvolvimento local, tem por base legal a Decisão de Diretoria BNDES nº 203/2003.

De maio de 2003 a junho de 2010, foram realizadas 47 operações, que resultaram em créditos totais de R\$ 163 milhões (a preços de jun/2010, atualizados pelo IPCA). A participação média do BNDES nestas operações foi de 80%, sendo o desembolso total do banco de R\$ 131 milhões.

B) INCLUSÃO BANCÁRIA E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Correspondentes bancários no País

A partir de 2003, foi estendida a todas as instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a possibilidade de contratar correspondentes no País para a execução de serviços relacionados às atividades desenvolvidas pelas instituições, permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. Com isso, o número de pontos de atendimento de correspondentes que prestam serviços bancários passou de 74 mil, em dezembro de 2002, para 185 mil, em agosto de 2010.

Os correspondentes bancários são os principais meios utilizados pela população para efetuar transações de pagamento de contas, tributos e para transferência de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Contas correntes simplificadas

A criação, em 2003, das contas especiais de depósitos à vista, conhecidas como contas simplificadas foi outra inovação importante para o processo de bancarização no País. Com procedimentos simplificados de abertura e movimentação, as contas especiais ampliaram o acesso da população de baixa renda – em especial dos beneficiários de programas sociais e microempreendedores – aos serviços bancários em geral e, conseqüentemente, ao crédito.

Além disso, para a abertura de uma conta especial, de forma gratuita, não há necessidade de comprovação de renda ou de endereço.

Conta-corrente e relação com instituições financeiras

Entre 2003 e 2010, o número de pessoas físicas que mantiveram relacionamento com uma instituição financeira cresceu de 70 milhões para 115 milhões. Assim, passou de 40% para 59% a fatia da população brasileira vinculada a alguma instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional.

Atualmente, há aproximadamente 10 milhões de contas simplificadas, sendo 6,5 milhões ativas, com destaque para os bancos públicos federais, como CAIXA e Banco do Brasil.

Projeto de inclusão financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF)

Até setembro de 2010, mais de 2,85 milhões de beneficiários do Bolsa Família já possuíam contas de depósito simplificadas abertas na CAIXA, através das quais recebem benefícios e efetuam outras operações bancárias.

Mais de 241 mil beneficiários do Bolsa Família do meio rural obtiveram o microcrédito produtivo rural por meio do Agroamigo/Pronaf do Banco do Nordeste e cerca de 340 mil beneficiários do PBF tiveram acesso ao microcrédito produtivo por meio do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste. Além disso, os beneficiários do Bolsa Família passaram a contar com a possibilidade de frequentar cursos de educação financeira, ampliando sua possibilidade de acesso ao microcrédito produtivo. Ao todo, cerca de 2,85 milhões de beneficiários do Bolsa Família já têm conta-corrente simplificada e mais de 580 mil tiveram acesso ao microcrédito produtivo rural ou urbano por meio do Agroamigo/Pronaf e Crediamigo.

Crédito Consignado

A regulamentação do crédito consignado ampliou significativamente o acesso ao crédito pelos trabalhadores assalariados e beneficiários do INSS, além de reduzir as taxas de juros cobradas nestas operações.

Entre janeiro de 2004 e agosto de 2010, o crédito pessoal cresceu de R\$ 19,7 bilhões para R\$ 60,8 bilhões, sendo que a taxa média de juros praticada em 2010 era de 57% ao ano. Neste mesmo período, o crédito consignado cresceu de R\$ 16 bilhões para R\$ 128,5 bilhões, sendo que a taxa média de juros em 2010 foi de 27% ao ano – menos da metade da cobrada nos demais empréstimos pessoais (pessoa física).

Crédito Consignado – Beneficiários do INSS

Considerando apenas o crédito consignado para os beneficiários do INSS, que atinge principalmente os mais pobres, houve um crescimento expressivo do número de contratos e do valor financiado:

- Em 2009, cinco anos após sua regulamentação, foram efetuados 9,6 milhões de contratos, com valor financiado de R\$ 22,7 bilhões.
- A maioria dos financiamentos é realizada por pessoas que recebem menos de um salário mínimo por mês de benefício, grupo que representou 89,4% das operações realizadas em 2008 e 57% em 2010.
- As pessoas que recebem entre um e três salários mínimos mensais de benefício previdenciário foram responsáveis por 6,4% das operações em 2008 e 27,9% dos financiamentos em 2010.
- Em setembro de 2010 havia 17,89 milhões de operações ativas de empréstimos consignados de beneficiários do INSS, somando cerca de R\$ 43,6 bilhões, concentradas em operações efetuadas nos últimos três anos.
- Entre 2004 e setembro de 2010 foram efetuados 41,8 milhões de contratos de crédito consignado com beneficiários do INSS, envolvendo R\$ 81,88 bilhões em financiamento.

Microcrédito popular – uso livre

Recursos dos 2% dos depósitos especiais destinados ao microcrédito permitiram a realização, entre 2004 e agosto de 2010, de 55,7 milhões de operações de microcrédito de uso livre, com R\$ 6,46 bilhões em empréstimos destinados à população de baixa renda. Somente em 2009, foram realizados 8,6 milhões de contratos de empréstimos com estes recursos, envolvendo cerca de R\$ 906 milhões.

Fortalecimento do cooperativismo de crédito

Cooperativas de crédito

A expansão e o fortalecimento do cooperativismo de crédito estão entre as principais bandeiras de ação do atual governo para ampliar o acesso de empreendedores rurais e urbanos ao crédito e aos demais serviços financeiros. .

Principais ações desenvolvidas:

- Possibilidade de criação de cooperativas de livre admissão, permitindo a associação de múltiplos segmentos de profissionais, trabalhadores e empresários na mesma cooperativa de crédito. Desde 2003 cerca de 200 cooperativas de livre admissão já tiveram sua abertura autorizada em diversas localidades do País, destacando-se que, em 2010, a nova regulamentação suprimiu o limite populacional da respectiva área de atuação dessas instituições, permitindo sua instalação nos grandes centros urbanos.
- Consolidação do sistema por meio de fusão e incorporação de cooperativas de crédito que geram economias de escala, redução de custos e viabilização das condições de concorrência no mercado e continuidade operacional da cooperativa.
- Aprovação da Lei Complementar (LC) nº 130, de 17 de abril de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e confere bases sólidas para a consolidação e crescimento do setor no cenário do Sistema Financeiro Nacional. É fruto da conquista do setor cooperativo de crédito, que, para elaboração da LC, contou com participação intensa de diversos órgãos oficiais e do setor cooperativo.
- Maior profissionalização do setor. No contexto do Projeto de Governança Cooperativa, após estabelecidas as diretrizes para promover a profissionalização das cooperativas, foram promovidos seminários e *workshops*, além da realização de pesquisas nas instituições, sedimentando o profissionalismo e as boas práticas de governança.

Cooperativas de crédito ampliaram o atendimento ao público com a transformação de diversas cooperativas fechadas em cooperativas de livre adesão.

O número de cooperativas de crédito somado aos postos de atendimento cooperativo (PAC) aumentou de 2.915, em 2002, para 4.319 em junho de 2010, ampliando significativamente os pontos de atendimento das cooperativas.

Entre 2002 e junho de 2010 as cooperativas de crédito apresentaram crescimento significativo de todos seus indicadores econômicos:

- Aumento do número de associados de 1,6 milhão para 4,5 milhões
- Elevação do valor dos depósitos de seus associados de R\$ 6,9 bilhões para R\$ 26,5 bilhões
- Ampliação do patrimônio líquido do segmento de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 12,2 bilhões
- Elevação dos ativos totais administrados de R\$ 11,5 bilhões para R\$ 48,5 bilhões
- Ampliação das operações de crédito de R\$ 4,6 bilhões para expressivos R\$ 27,8 bilhões

Outros avanços:

- Simplificação e ampliação dos limites operacionais
- Redução e isenção de tributos (ISLL, PIS/Cofins)
- Aprimoramento das funções das cooperativas centrais
- Criação do PROCAPcred – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito
- Repasse dos 2,5% sobre a folha de pagamento do INSS para o SESCOOP, destinando mais de R\$ 12 milhões/ano para capacitação e formação
- Permissão ao BNDES para repasse de recursos do crédito do Pronaf por meio das cooperativas de crédito

MARCOS LEGAIS

- Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003: dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda.
- Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003: dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento (crédito consignado).
- Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005: institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO.
- Lei Complementar nº 130/2009: Lei do Cooperativismo de Crédito.
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.
- Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008: trata do Microempreendedor Individual – MEI.
- Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
- Decreto nº 4.961, de 20 de janeiro de 2004: dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores públicos civis, dos aposentados e dos pensionistas da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União
- Decreto nº 5288, de 29 de novembro de 2004: regulamenta a Medida Provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004, que institui o PNMPO.
- Cofeaf Resolução nº 551, de 18 de outubro de 2006: dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO
- CMN Resolução nº 3.422, de 30 de novembro de 2006: dispõe acerca da realização de operações de microcrédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.
- Diversas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que tratam do Pronaf, PGPAF e Proagro Mais, cooperativismo de crédito, Sociedades de Crédito ao Micro e Pequeno Empreendedor.

INDICADORES AGREGADOS DE RESULTADO

DEPÓSITOS ESPECIAIS - MICROCRÉDITO 2% - MICROEMPREENDEDOR: CRÉDITO COM OU SEM ORIENTAÇÃO

Ano	Saldo da carteira (R\$ mil)	Valor contratado no ano (R\$ mil)	Nº de contratos do ano	Valor médio (R\$)	Prazo médio (meses)
2004	133.734	250.076	362.371	646,6	7,0
2005	197.384	458.872	642.326	695,2	4,7
2006	301.050	600.551	714.075	818,0	4,7
2007	355.043	940.668	960.799	970,7	5,2
2008	509.529	1.342.201	1.114.822	1.196,6	5,3
2009	754.005	1.808.267	1.372.567	1.313,2	5,9
2010 (*)	1.165.787	1.496.544	1.013.631	1.476,4	6,2
Total acumulado	1.165.787	6.897.179	6.180.591	972	5,5

Fonte: Banco Central do Brasil - (*) Valor contratado até agosto
Incluem as operações do Crediamigo

DEPÓSITOS ESPECIAIS MICROCRÉDITO 2% - MICROEMPREENDEDOR – EXCLUI AS OPERAÇÕES DO CREDIAMIGO

Ano	Saldo da carteira (R\$ 1.000)	Valor contratado no ano (R\$ 1.000)	Quantidade contratos do ano
2004	106.264	201.185	307.091
2005	132.442	225.277	388.774
2006	201.855	254.289	340.415
2007	166.991	261.031	255.571
2008	340.031	633.357	450.365
2009	585.382	1.230.919	885.860
2010*	829.139	918.302	550.174
Total acumulado	829.139	3.724.361	3.178.250

Fonte: Banco Central do Brasil e BNB

(*) Até agosto
Estimativa

DEPÓSITOS ESPECIAIS - MICROCRÉDITO 2% RECURSOS DIRECIONADOS - CRÉDITO POPULAR USO LIVRE

Ano	Saldo da carteira (R\$ 1.000)	Valor contratado no ano (R\$ 1.000)	Quantidade de contratos do ano	Valor médio (R\$)
2004	655.987	930.263	3.678.415	266,35
2005	921.102	1.063.259	9.350.228	111,68
2006	825.584	709.086	9.001.834	77,65
2007	941.306	1.044.066	9.146.323	115,53
2008	878.618	828.305	8.991.374	92,87
2009	969.070	906.037	8.604.962	105,12
2010 (*)	1.192.020	981.656	6.913.693	142,12
Total acumulado	1.192.020	6.462.673	55.686.829	128,56

Fonte: Banco Central do Brasil

(*) Valor contratado até agosto

INCLUSÃO BANCÁRIA E AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO CRÉDITO PELA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

INCLUSÃO BANCÁRIA – CONTA CORRENTE

Ano	2003	2010*
População	175 milhões	195 milhões
Nº de CPFs com relacionamento com Instituições Financeiras	70 milhões	115 milhões
Nº de contas-correntes simplificadas ativas	0	6,5 milhões
% da População	40%	59%

Fonte: Bacen

(*) Até outubro

CORRESPONDENTES BANCÁRIOS NO PAÍS

Ano	2002*	2010**
Pontos de atendimento correspondentes	70 mil	180 mil

Fonte: Bacen
 (*) Dezembro
 (**) Novembro

Os correspondentes bancários são os principais meios utilizados pela população para efetuar as transações de pagamento de contas, tributos e para transferência de crédito em todo o SFN.

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO PESSOAL – PESSOA FÍSICA

CRÉDITO CONSIGNADO – TOTAL

Ano	Carteira ativa (em R\$ bilhões)	
	Empréstimo com consignação em Folha	Empréstimo sem consignação em Folha
2004	16,0	19,7
2010 (*)	128,5	60,8
Taxa média de juros em 2010	27% ao ano	57% ao ano

(*) Até agosto
 Fonte: Bacen

CRÉDITO CONSIGNADO – BENEFICIÁRIOS DO INSS

Valor e número de contratos efetuados/Ano		
Ano	Nº de contratos (em mil)	Valor contratado (em R\$ milhões)
2004	559	1.485
2005	3.424	5.539
2006	4.822	7.415
2007	9.442	15.414
2008	6.116	9.017
2009	9.591	22.736
2010 (*)	7.924	20.275
Total	41.878	81.881

(*) Até setembro
 Fonte: INSS

QUANTIDADE DE CONTRATOS POR FAIXA SALARIAL – 2008 A 2010

Ano	Até 1 SM	De 1 SM até 3 SM	Acima de 3 SM
2008	89,4%	6,4%	4,2%
2009	58,0%	26,4%	15,6%
2010 (*)	56,7%	27,9%	15,4%

(*) Até setembro

Fonte: INSS

VALOR E NÚMERO DE CONTRATOS ATIVOS/ANO

Ano	Nº de contratos	Valor
	(em mil)	(em R\$ milhões)
2005	83	2.481
2006	27	49
2007	979	1.384
2008	2.554	4.342
2009	6.890	16.525
2010 (*)	7.358	18.833
Total	17.891	43.614

(*) Até setembro

Fonte: INSS

FORTALECIMENTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

NÚMERO DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO E POSTOS DE ATENDIMENTO COOPERATIVO (PAC)

Ano	Nº de cooperativas de crédito	Nº de postos de atendimento cooperativo	Total Cooperativas + PACs
2002	1.430	1.485	2.915
2003	1.454	1.681	3.135
2004	1.436	1.684	3.120
2005	1.439	2.135	3.574
2006	1.452	2.340	3.792
2007	1.441	2.497	3.938
2008	1.453	2.729	4.182
2009	1.405	2.914	4.319
2010*	1.381	3.036	4.417

Fonte: OCB/Bacen

(*) até Junho

COOPERATIVAS DE CRÉDITO: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS E INDICADORES ECONÔMICOS

Ano	Nº de associados	Valor dos depósitos	Op. de crédito	Patrimônio líquido	Ativos totais
	(em milhões)	(R\$ bilhões)			
2002	1,6	6,9	4,6	2,6	11,5
2003	1,9	9,0	6,1	3,4	15,2
2004	2,1	8,2	7,9	4,2	18,7
2005	2,6	10,3	10,0	5,2	23,3
2006	3,2	13,2	12,1	6,2	30,2
2007	3,6	16,5	15,9	7,7	38,1
2008	4,2	18,9	21,8	9,3	44,5
2009	4,5	22,2	25,2	11,3	52,8
2010*	4,5	26,5	27,8	12,2	48,5

(*) até junho
Fonte: Bacen